



A Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) nas percepções de produtores de tabaco e agentes de desenvolvimento

Alessandra Troian¹
Marcelo Leandro Eichler²
Fábio Kessler Dal Soglio³

Resumo

A Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) é um tratado internacional de saúde pública e a adesão do Brasil ao tratado foi em 2005. A ratificação do Brasil trouxe uma série de implicações, em função de ser o segundo maior exportador de fumo em folha e um dos quatro maiores produtores de tabaco do mundo. Neste contexto, o artigo visa a apresentar e discutir algumas percepções que os agricultores e agentes de desenvolvimento do município de Arvorezinha (RS) possuem a cerca da CQCT. O estudo de inspiração etnográfica foi realizado a partir de metodologias qualitativas, com o uso de entrevistas semi-estruturadas, observação participante e caderno de campo. Foram entrevistados 17 famílias produtoras de tabaco de diferentes comunidades rurais do município e 7 agentes de

Recebimento: 3/11/2012 • Aceite: 7/5/2013

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: xatroian@gmail.com

² Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS). Professor adjunto do Departamento de Química do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: exlerbr@yahoo.com.br

³ Doutor em Fitopatologia - University of Illinois at Urbana-Champaign. Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. End: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação Em Desenvolvimento Rural. Av. João Pessoa, 31, Centro. Porto Alegre, RS - Brasil E-mail: fabiods@ufrgs.br

desenvolvimento e líderes locais, durante os meses de fevereiro a junho de 2009. Os resultados apontam para um desconhecimento da medida federal. Porém, mesmo desconhecendo o acordo internacional, a percepção em relação à CQCT é negativa, em função do acordo poder refletir na produção de tabaco e no retorno fiscal para o município.

Palavras-chave: Convenção Quadro; Controle do Tabaco; Percepções

A Framework Convention on Tobacco Control (FCTC) in the perceptions of farmers and development agents

Abstract

The Framework Convention on Tobacco Control (FCTC) is an international public health treaty and accession to the treaty was in Brazil in 2005. Ratification of Brazil brought a number of implications, due to be the second largest exporter of tobacco leaf and one of the four largest tobacco producers in the world. In this context, the paper aims to present and discuss some insights that farmers and development agents in the city of Arvorezinha (RS) have about the FCTC. The study was conducted based on qualitative methodologies, using semi-structured interviews, participant observation and field notebook. We interviewed 17 producers of tobacco (families) from different rural communities in the county and seven development agents and local leaders during the months from February to June 2009. The results point to a lack of federal measure. But even ignoring the international agreement, the perception of the FCTC is negative, according to the agreement may reflect the production of tobacco and the tax return for the municipality.

Keywords: Framework Convention; Tobacco Control; Perception

Introdução

A organização mundial da saúde (OMS) identifica o consumo de tabaco como a principal causa mundial de morte passível de prevenção. Atualmente, tem-se o registro de que o consumo de tabaco é a causa mais provável de mais de 25 enfermidades fatais (VALDES SALGADO, 2010). Neste contexto, emerge a CQCT, que é um acordo internacional de saúde pública, que visa a elevar os níveis de qualidade de vida da população. As políticas de controle do tabaco previstas no acordo são abrangentes, incluindo elevados impostos sobre os produtos de tabaco, a proibição completa de publicidade, avisos reforçados nas embalagens, campanhas de mídia em massa, entre outros.

Embora o foco da CQCT seja à elevação da qualidade de vida das pessoas, articulando um conjunto de ações para responder a epidemia do tabagismo, o acordo preocupa-se com as consequências que a redução do consumo de cigarro pode desencadear ao produtor de tabaco. Conforme Silva e Ferreira (2006), os artigos 4, 17 e 26 da convenção estabelecem proteção aos trabalhadores e produtores de tabaco.

O tabagismo possui fortes relações com a produção de tabaco, em especial no Brasil, em função do país ser o segundo maior exportador de fumo em folha e um dos quatro maiores produtores de tabaco do mundo. O Brasil mantém a liderança mundial nas exportações de tabaco desde 1993, exportando aproximadamente 85% da produção. A qualidade do tabaco brasileiro, a possibilidade de produção com baixos custos e a capacidade de abastecimento do mercado externo são fatores que têm garantido a expansão das exportações brasileiras (BIOLCHI, 2005; BONATO, 2007).

A participação crescente dos países em desenvolvimento na produção mundial do tabaco é explicada por diversos fatores. Os baixos custos de produção, o emergente e potencial mercado interno, o recorrente vício de fumar entre a população, o estabelecimento de investimentos de grandes empresas multinacionais na região e, especialmente, porque o cultivo de tabaco é considerado uma atividade rentável, quando comparada com outros cultivos (MDA, 2007).

A produção de tabaco mobiliza mais de 150 mil famílias, nos mais de 660 municípios produtores da região Sul do Brasil, sendo a região Sul responsável por mais de 96% da produção brasileira. Conforme Biolchi (2003), em média, são 3,4 integrantes em cada família, o que equivale a mais de 520 mil postos de trabalho,

principalmente nos períodos de plantio, colheita, classificação e cura do tabaco.

Em geral, o tabaco é cultivado em pequenas áreas por necessitar de muita mão-de-obra, está que normalmente é familiar. Entre os agricultores familiares que produzem tabaco são encontradas três categorias: os que não têm terras e se associam a outros agricultores, os meeiros, mais conhecidos na região, como sócios; e os agricultores que dispõem de terras próprias (TROIAN, 2010).

O tamanho médio das propriedades produtoras de tabaco no Brasil, em 2008/09, no sul do Brasil, era de 16 hectares. Dos plantadores, 24,5% (47.000 famílias) não possuem terra e trabalham em terras arrendadas ou em parcerias e, 35% dos fumicultores, dispõem de propriedades que variam de 1 a 10 hectares. Dos proprietários, apenas 1% dos fumicultores possuem mais do que 50 hectares. As plantações de tabaco ocupam 16,6% da área média das propriedades rurais, apesar de representarem 68% da receita dos estabelecimentos (AFUBRA, 2011). Nessas áreas, o tabaco representa a principal fonte de renda da maior parte das famílias produtoras.

A maior parte das regiões produtoras de tabaco possui topografia acidentada, o que dificulta a mecanização e a exploração de outros cultivos comerciais (BIOLCHI et al., 2003). Os produtores, geralmente, desenvolvem outros cultivos para a subsistência ou para complementar a renda. Segundo Vogt (2000), em função das características de produção de tabaco, por não exigir mecanização e de necessitar apenas de uma pequena fração de terra da propriedade, a fumiicultura existe, muitas vezes, como a única alternativa de manutenção de agricultores no campo (LIMA, 2007).

Atualmente, pesquisas realizadas entre os fumicultores, em uma importante região produtora de tabaco do no entorno de Santa Cruz do Sul (RS), evidenciou que 74,7% dos produtores têm vontade de deixar de cultivar o tabaco, mas sentem falta de um apoio mais concreto para que esse desejo se realize (ETGES et al., 2002).

O acordo da CQCT e a produção de tabaco

O acordo da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco emerge a partir da preocupação com a epidemia mundial do tabagismo. Ele é o primeiro tratado internacional de saúde pública, negociado por 192 países sob os auspícios da OMS. A adesão do Brasil a esse tratado foi ratificada pelo Congresso Nacional em 2005 (SOGOCIO, 2008). A Convenção é decorrente do aumento do consumo e da produção mundial de cigarros e outros produtos de tabaco,

particularmente nos países em desenvolvimento, bem como devido ao ônus que se atribui às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde.

A CQCT articula um conjunto de ações baseadas em evidências para responder à globalização da epidemia do tabagismo, e reafirmar o direito de todas as pessoas a elevados padrões de saúde. Ela objetiva proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais, e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco. As ações dos governos incluem restrições ao fumo em locais públicos, restrições à propaganda, redução dos subsídios, e aumento de impostos, estando aliados às campanhas de conscientização e apoio a diversificação produtiva em áreas com cultivo de tabaco.

Entre as propostas do acordo, aparecem as decisões governamentais para reduzir o consumo de tabaco, tais como: taxas especiais e políticas de preço, leis de proteção aos não-fumantes contra a fumaça em lugares fechados, regulação sobre os conteúdos e as emissões dos produtos do tabaco, educação e disseminação de informação sobre o tabaco, proibição de propaganda, etc. O acordo também propõe a supressão do mercado ilícito de cigarros, o fim de subsídios para sua produção, à discussão de leis para proteger o meio ambiente contra os fertilizantes usados em seu cultivo, além de colaborações técnicas e jurídicas entre os países membros (SOGÓCIO, 2008).

A CQCT marcou história nos tratados da Organização das Nações Unidas (ONU), tornando-se a que mais rapidamente entrou em vigor, pela rápida adesão de um conjunto significativo de países as suas medidas (BONATO, 2007). Embora tenha uma série de medidas que tratem especificamente do consumo e venda de cigarros, a CQCT traz a preocupação com os produtores de tabaco. Além da problemática e dos riscos causado a saúde dos fumantes, a fumicultura também é um aspecto importante em relação ao tabagismo e merece especial atenção no Brasil. Este tem sido um ponto crítico, porque o país é um importante produtor mundial de fumo. Em função disso, o argumento de que o segmento econômico da fumicultura vem sendo prejudicado, tem sido usado para pressionar o governo brasileiro a reverter ou suavizar suas ações para atender às propostas da convenção.

De acordo com Silva e Ferreira (2006) os artigos 4, 17 e 26 da CQCT estabelecem, de certa maneira, proteção aos trabalhadores e produtores de tabaco. Antes disso só havia restrições ao ato de fumar.

A inclusão destes artigos ao texto da CQCT foi muito importante em função de muitas famílias necessitarem de políticas de substituição do cultivo de tabaco por outras atividades agropecuárias. Em linhas gerais, o artigo 4 trata dos princípios norteadores e dentre eles cita-se a preocupação com a assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujo meio de vida seja afetado em decorrência do projeto de controle do tabaco. O artigo 17 estabelece o apoio às alternativas economicamente viáveis, e, o artigo 26 aborda a questão dos recursos financeiros, visando o fortalecimento de programas multisetoriais integrais de controle de tabaco.

A CQCT começou a se tornar polêmica, no Brasil, em setembro de 2004, através de publicações na imprensa por parte da AFUBRA. O fato de falácias sobre o valor agregado proporcionado pelo cultivo do tabaco, em que se diz que nenhum outro cultivo é capaz de gerar o mesmo nível de renda em pequenas áreas de plantio, evocou críticas à proposta da CQCT. Entre as reações está à proposta do projeto de lei estadual que considera o cultivo do tabaco como sendo de relevância sócio-econômica, garantindo o livre cultivo do produto no estado do Rio Grande do Sul, do atual deputado federal Telmo Kirst pelo Partido Progressista de Santa Cruz do Sul.

“O Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo. Exporta 85% de sua produção”. Veja que prejuízo o fim desta cultura traria ao país, afirma o deputado santacruzense. “A convenção-quadro é uma bobagem inexecutável. Algo irracional e feito na base da emoção, que querem aplicar contra um setor que funciona”, acrescenta. O parlamentar entende que é preciso separar o ato de fumar da fumicultura. “Fumar é uma opção. Se a produção diminuir, o consumo não vai cair. Seremos obrigados a comprar tabaco de fora. Além disso, o contrabando de cigarros vai aumentar”. Ele lembra que a renda média obtida por hectare de tabaco é de R\$ 9.339,00. A cifra despenca para R\$ 1.234,00 na cultura de feijão, e para R\$ 1.220,00 na do milho. “Quem vai pagar esta conta? A União, o Estado ou as prefeituras?” (SCHNEIDER, 2004).

No entanto, como medida para proteger o produtor de tabaco, procurando diminuir o seu ônus, o governo federal criou o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Em novembro de 2005, o Brasil lançou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco sob a coordenação do MDA. O lançamento do programa foi uma ação conjunta de seis ministérios: MDA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Casa Civil, Ministério das Relações Institucionais e Ministério da Fazenda. A coordenação é da secretaria da agricultura familiar do MDA, buscando articular políticas públicas para a agricultura familiar para subsidiar a diversificação da produção em áreas produtoras de tabaco, a fim de atingir os objetivos da CQCT/OMS (MDA, 2007).

Segundo o relatório de balanço das ações do MDA para a diversificação produtiva (2010), o programa dialoga com quatro eixos que orientam as ações e os instrumentos de políticas visando fortalecer a agricultura familiar, que são: o combate a pobreza rural, a segurança e soberania alimentar, a sustentabilidade dos sistemas de produção e a geração de renda e agregação de valor. A iniciativa representou um importante passo do Governo brasileiro no sentido de ampliar o cumprimento de seus compromissos com a CQCT (MDA, 2007). Para a implementação dessa iniciativa, o MDA vem buscando mapear experiências nacionais de diversificação produtiva em áreas de fumiçultura, assim como apoiar e potencializar processos de capacitação e de assistência técnica e extensão rural (ATER) junto aos agricultores familiares. A parceria é estabelecida com organizações governamentais e da sociedade civil para a implementação de projetos que contribuem para um desenvolvimento rural sustentável em áreas de fumiçultura.

Os agricultores que desejarem migrar da atividade fumícola para outra atividade produtiva serão apoiados por meio de um plano especial de governo, denominado “Programa de apoio à diversificação produtiva das áreas cultivadas com tabaco”. O referido programa institucional contará com as seguintes linhas de ação: financiamento, acesso à tecnologia (pesquisa e assistência técnica), agroindustrialização dos produtos, cooperativismo e associativismo, e garantia de comercialização (LIMA et al., 2005).

De acordo com o MDA (2007), o maior desafio do programa de diversificação brasileiro é garantir e ampliar os recursos financeiros destinados às ações específicas da diversificação produtiva a médio e longo prazo. Os recursos financeiros possibilitam a geração de

pesquisa no campo da produção e comercialização, qualificação técnica e a implementação de uma extensão rural com qualidade e em quantidade suficiente às 200 mil famílias que cultivam o tabaco no Brasil. O relatório “Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil”, elaborado pelo MDA, em 2007, assim aborda a temática ora exposta:

“(…) por um lado, podemos celebrar o poder da CQCT de mobilizar o controle do tabagismo globalmente, por outro, temos o compromisso de apoiar os agricultores plantadores de fumo na implementação de ações que gerem renda e dêem maior qualidade de vida às suas famílias, adultos, jovens e crianças. Não queremos o infortúnio dessas pessoas, vítimas da falta de oportunidades e das estratégias da indústria do tabaco” (MDA, 2007, p.15).

Para que mudanças possam ocorrer é necessário que as políticas e programas federais venham acompanhados na forma da organização política dos agricultores. Nesse sentido, fica evidente a existência de grupos divergentes, os prós e os contras a produção de tabaco. Dentre os prós, citam-se as organizações nacionais e internacionais diretamente ligadas ao setor, e aos contras, a tradição religiosa, ongs de saúde pública, movimento antifumo e ambientalista, grupos de anônimos, e antitabagismo mercadológico (BOEIRA e GUIVANT, 2003). Embora as medidas da CQCT sejam de controle da oferta e da demanda de tabaco, as medidas dos prós tabaco em relação à CQCT, aparecem em jornais e publicações sobre o tema, como pode ser visualizado através da reportagem publicada no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, no dia 03 de janeiro de 2010, que:

As conquistas recentes das campanhas contra o consumo de cigarros e assemelhados não reduziram a força da cadeia da produção, processamento e venda do tabaco no Brasil. Graças às exportações, o segmento segue vigoroso e, após alguns recuos entre 2005 e 2007, voltou a apresentar números crescentes. A cadeia do fumo, cultivo no qual o Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador mundial, movimentava R\$ 15,2 bilhões por ano. Foi responsável por destinar

R\$ 7,7 bilhões ao governo, em impostos, R\$ 3,2 bilhões à indústria, R\$ 3,3 bilhões ao produtor e R\$ 927 milhões ao varejista (ZERO HORA, 2010).

Na realidade não se sabe ao acerto quais serão as reais consequências do acordo, por ser relativamente novo, não se tem o conhecimento se de fato as medidas da CQCT serão implementadas. A princípio, conforme alguns materiais consultados e publicações realizadas em jornais locais, como o supracitado, a CQCT é visualizada como negativa e prejudicial tanto para o agricultor quanto para os cofres públicos, fatores estes analisados somente pelo aspecto econômico. Diante deste contexto, surgem diversos questionamentos, como: o que pensam os agricultores diretamente envolvidos no cultivo de tabaco? Quais são as percepções dos agentes de desenvolvimento e os líderes locais frente à CQCT? Existe alguma política pública ou algum programa de diversificação produtiva em cidades produtoras de tabaco, tal como Arvorezinha, na encosta do planalto gaúcho? Neste sentido, o presente estudo objetiva descrever e analisar as percepções dos produtores de tabaco e dos agentes de desenvolvimento e líderes locais do município de Arvorezinha acerca da CQCT.

Estudar as percepções dos produtores de tabaco e as percepções dos agentes de desenvolvimento e líderes locais no município de Arvorezinha (RS) justificativa inicialmente em função da primeira autora do artigo possuir laços estreitos de amizade com alguns produtores de tabaco no município e em função disso, possuir muitos dados empíricos oriundos desta relação. Além disso, o tabaco está presente na maioria das propriedades rurais, tornando o município altamente dependente deste cultivar.

Metodologia

No estudo foram utilizados métodos qualitativos, de inspiração etnográfica, na medida em que métodos quantitativos não são suficientes para o melhor entendimento da percepção dos atores sociais (BAUER e GASKELL, 2003; CODATO e NAKAMA, 2006). Os dados primários foram obtidos por meio de entrevista semi-estruturada, observação participante e caderno de campo.

Foram realizadas visitas a 12 diferentes comunidades rurais do município, as quais se encontram apresentadas no Anexo A, com o propósito de conversar, participar e observar diversos momentos da vida das famílias. Durante a estadia na comunidade, conversou-se com

agricultores jovens e idosos, técnicos agrícolas, professores, articuladores, técnicos de fumageiras, entre outros. Coletaram-se depoimentos individuais e coletivos, perfazendo um total de 17 entrevistas com famílias de agricultores e sete entrevistas com os agentes de desenvolvimento e líderes locais. As entrevistas ocorreram com o apoio de um questionário pré-elaborado (com um roteiro semi-estruturado), combinando perguntas abertas e fechadas, onde o informante teve a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. A seleção das famílias entrevistadas ocorreu inicialmente pelo conhecimento prévio que possuíamos a respeito de algumas comunidades do município e num segundo momento, buscando entrevistar agricultores das diferentes comunidades, utilizaram-se as informações obtidas com os agentes de desenvolvimento e líderes locais.

No estudo utilizou-se o método da observação participante e do caderno de campo a partir de uma inspiração na etnografia, como forma complementar as entrevistas. A observação participante se diferencia da simples observação, pois exige uma integração entre pesquisador e a comunidade a ser analisada. O período da observação estabeleceu-se entre os meses de fevereiro a junho de 2009.

O processo de análise dos resultados ocorreu após o caderno de campo ter sido lido e revisado, em seguida extraiu-se dele as temáticas que melhor se enquadram no presente estudo. Para a análise e redação do texto, segue uma idéia aproximada da proposta por Minayo (1994) sobre a análise de conteúdo, envolvendo a ordenação dos dados, classificação temática dos dados e análise final.

A delimitação da área consistiu em limitar o estudo ao município de Arvorezinha, estado do Rio Grande do Sul. Arvorezinha é um município do Vale do Taquari, localizado na Encosta do Planalto, na parte inferior do nordeste do Rio Grande do Sul. Situa-se a 210 quilômetros da capital Porto Alegre. A população do município é de 10.548 habitantes, sendo 52,40% população urbana e 47,60% rural (IBGE, 2010). O município caracteriza-se pela presença da agricultura familiar, sendo que aproximadamente 76% dos estabelecimentos rurais possuem área inferior a 20 hectares.

A produção de tabaco em Arvorezinha é responsável pela maior arrecadação de impostos no setor da agropecuária. As principais atividades agrícolas desenvolvidas são: erva-mate, tabaco, avicultura e suinocultura (principalmente em sistemas de integração vertical), e o florestamento de eucaliptos e acácia. Destaca-se também a produção de uvas e laranjas. O cultivo de tabaco está presente na maior parte

das propriedades do município, por ser considerado um cultivo que apresenta elevado valor agregado, empregar toda a mão-de-obra familiar, possuir garantias de comercialização, não exigir grandes extensões de terra além de não necessitar a utilização de máquinas agrícolas e por se adaptar ao relevo local - acidentado com vales, montanhas, várzeas e planícies.

A CQCT nas percepções dos agricultores, agentes de desenvolvimento e líderes locais

As percepções, segundo Morin (2000, p.20), podem ser traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. Dessa forma, um objeto pode ser visto do mesmo modo, mas percebido de maneira divergente.

No estudo, pode-se visualizar que diversas são as maneiras com que a CQCT é percebida pelos agricultores e agentes entrevistados, entre as percepções acerca do acordo internacional de controle de tabaco, é notório que existem percepções negativas, positivas e neutras, diferindo entre os agricultores e os agentes entrevistados.

Em relação às percepções dos agentes de desenvolvimento e líderes locais, destacam-se inicialmente as percepções negativas. O agente da Emater acredita que a CQCT no município de Arvorezinha provocará a saída de muitos agricultores de suas propriedades rurais para os centros urbanos em busca de novas oportunidades de emprego e renda: *“Acredito haver um êxodo rural muito grande”* (agente Emater). A percepção do agente da prefeitura é que o acordo da CQCT será negativo tanto para os agricultores quanto para o município de maneira geral, em função do município em estudo ser dependente da produção de tabaco: *“Isso será uma tragédia”* (agente prefeitura). O agente acrescenta que muitas propriedades rurais locais não possuem outra alternativa produtiva que não seja o cultivo de tabaco.

Com percepção neutra, nem contra e nem totalmente a favor ao acordo, o agente rural representante do MDA local, acredita que a convenção vai aplicar as suas medidas, mais cedo ou mais tarde. Ele considera que, para isso, devem-se dar alternativas para as pessoas que estão envolvidas na cadeia produtiva do tabaco: *“Não basta mandar parar (de plantar) e sim mostrar caminhos”* (agente MDA). Em sua visão, não resolve assinar um documento e proibir o cultivo (embora não seja esta a proposta da CQCT), e sim *“ajudar”* o produtor a modificar a matriz produtiva.

Ainda segundo a percepção do agente do MDA, o tabaco se assemelha em alguns aspectos aos hortigranjeiros pela necessidade de mão-de-obra e de muitos cuidados, ressalva ainda que: “*(o tabaco apresenta) alta renda com mercado em expansão que não satura com a entrada de novos produtores*” (agente MDA/delegado RS). Após o conhecimento da percepção do agente do MDA, fica ambígua a questão do tabaco, pois, apesar do Ministério fomentar a diversificação produtiva em área com cultivo de tabaco, percebe-se que seu representante, de certa forma, reitera o cultivo de tabaco como alternativa de renda e emprego para a agricultura familiar.

Já o agente rural vinculado a fumageira, quando questionado sobre a CQCT, apesar de demonstrar pouco conhecimento sobre o tema, menciona que a ratificação não ocorrerá na prática, porém ele acredita que ao governo cabe dar assistência aos produtores para que estes não sintam os impactos da convenção: “*Antes de erradicar o fumo devia incentivar uma cultura nova*” (agente fumageira). No seu entendimento, a produção do tabaco é uma boa opção de renda para os agricultores, em função de a atividade possuir mercado com venda garantida para o produto. O agente acrescenta que ao nível da pequena propriedade, ele não visualiza alternativa a não ser o cultivo de tabaco: “*Plantar fumo é muito fácil pelo pacote e ainda inclui a assistência técnica*” (agente fumageira).

Com percepção positiva em relação à ratificação da Convenção, o delegado do MDA do estado do Rio Grande do Sul salienta que o governo federal está tomando as medidas que taxam o tabaco, e que em nenhum momento proíbe os agricultores de realizar esse cultivo: “*Convenção-Quadro é um grande avanço, ataca na demanda, na consciência das pessoas...*” (agente MDA/delegado RS). Porém, na visão do agente do MDA, “*o tabaco é uma atividade importante, uma alternativa de emprego e renda para a agricultura familiar*” (agente MDA/ delegado RS).

Quadro 1: Algumas percepções de agricultores e agentes de desenvolvimento a cerca da CQCT

	Percepção Positiva	Percepção Negativa	Percepção Neutra
Agente Emater		"Acredito haver um êxodo rural muito grande"	
Agente MDA local			"Não basta mandar parar (de plantar) e sim mostrar caminhos"
Agente MDA/ delegado RS	"Convenção-Quadro é um grande avanço, ataca na demanda, na consciência das pessoas..."		
Família 02			"Nós pretendemos não sofrer com ela (CQCT), estamos tentando se adaptar antes"
Família 05		"vou ser prejudicado, não terei o que fazer, (plantar fumo) é só o que se sabe fazer"	
Família 06.	"Acho que pra gente no começo vai ser negativo, mas depois vai ser melhor"		
Família 12		"Teria um impacto muito grande"	
Família 14.			"Antes de tirarem o fumo devem achar um meio de ganhar o que se ganha com o fumo"

Fonte: elaboração própria com base no caderno de campo.

Na visão da maior parte dos agricultores a CQCT é percebida de maneira negativa, e notadamente percebe-se que o acordo internacional é novo e desconhecido para os produtores de tabaco no município. Muitos acreditam que a Convenção Quadro, será a responsável pelo fim da produção do tabaco, e em suas percepções isso significa que não terão outras alternativas produtivas. "*Se (o fumo) acabar estamos mortos*" (família 01/genro), "*morria tudo de fome*" (família 04/ filho). A justificativa dos agricultores para tais percepções é que, por possuírem pequenas propriedades, há muita dificuldade em

desenvolver outra atividade, principalmente, pelos altos custos necessários para investir em outros cultivos e produções. Os agricultores entrevistados acrescentam que “*o fumo tem retorno imediato, sem muita área*” (família 01/genro). Há relatos de agricultor que diz ter conhecimento do quanto o cultivo de tabaco é prejudicial, mas mesmo assim ainda acredita que é o tabaco a atividade agrícola que proporciona maior renda em uma pequena área. “*Teria um impacto muito grande*” (família 12/entrevistado).

Quando comparado com o cultivo de milho, feijão, entre outros, o tabaco é a alternativa econômica que mantém as famílias no meio rural “*(o fumo é) a única coisa para nós*” (família 04/entrevistada). De acordo com Lima (2007), por não exigir mecanização e poder ser produzido em pequenas áreas de terra, a produção de tabaco torna-se, muitas vezes, a única alternativa de manutenção de agricultores no campo.

No entanto, a renda proporcionada pelo cultivo pode ser questionada por meio de estudos existentes como o do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais -DESER (2009), por exemplo, onde os dados apresentados demonstram que a grande maioria dos fumicultores, cerca de 80 mil famílias, possuíam renda em torno de R\$ 400,00 por pessoa/mês, ou seja, sua renda era inferior a um salário mínimo. Ao mesmo tempo aproximadamente 60 mil famílias de fumicultores possuem renda baixíssima. O mesmo estudo evidencia que a maioria das famílias produtoras de tabaco são beneficiárias do programa Bolsa Família⁴ (DESER, 2009).

Em outra situação, com aparência de preocupação, o agricultor argumenta: “*vou ser prejudicado, não terei o que fazer, é só o que se sabe fazer*” (família 05). Da mesma maneira que este outro agricultor percebe o acordo: “*vamos sofrer, a gente sabe lidar com o fumo, a não ser que tenha outra coisa que desse (renda) como o fumo*” (família 15/filho). Nessas falas percebe-se que associada às questões de renda e de acesso a mercados, o agricultor está preocupado com o saber fazer, pois o cultivo de tabaco é tradicional, na maioria das famílias produtoras, no município. O tabaco é uma atividade que já vem sendo desenvolvida pelos pais, e, muitas vezes, pelos avós dos atuais plantadores.

Nesse sentido, segundo Mussio (1996), os primeiros habitantes do município de Arvorezinha produziam essencialmente gêneros alimentícios para a subsistência, e o excedente era comercializado. O

⁴ Programa de transferência de renda do governo federal.

município apresentava grande diversidade de produtos agropecuários, tais como: feijão, trigo, milho, alfaça, amendoim, batata inglesa, mandioca, canteio, hortaliças, frutas, verduras, porcos, galinhas, vacas leiteiras, ovelhas, gansos, entre outros. Atualmente, de forma generalizada, a diversidade de produtos diminuiu bastante, principalmente, nas propriedades onde o tabaco é cultivado.

Ainda tratando das percepções negativas, a visão negativa sobre as medidas da convenção aparece em mais um caso em que agricultores argumentam que, embora saibam que o tabaco acarreta em problemas para a saúde e que o uso de agrotóxicos é causador de impactos negativos, sentir-se-iam prejudicados com a CQCT, pois percebem o cultivo de tabaco como benéfico economicamente: “*Um pouco sim*” (família 13/esposa), mas acrescentam que, se houver políticas e programas de incentivo, mudariam de atividade: “*Que sofreria (a família), sofreria bastante*” (família 16/entrevistado). O entrevistado comenta que, por sua propriedade se localizar distante dos centros urbanos, a única alternativa de renda é o cultivo de tabaco, pois a empresa integradora realiza boa parte das transações em sua propriedade sem necessitar o seu deslocamento para os centros urbanos. O entrevistado comenta ainda que associada à questão da distância, a propriedade tem limitações agroecológicas, em especial, de solo e topografia e, em sua opinião, isso dificulta o cultivo de milho, feijão, entre outros cultivos.

Percebendo a CQCT de forma negativa, a entrevistada acredita que a ratificação não será ruim somente para sua família e sim para a agricultura de maneira geral. “*Com certeza para a agricultura vai ser ruim*” (família 09/entrevistada). Em outro caso, a entrevistada deixa claro que a sua percepção é negativa: “*Claro que vamos (sofrer)*” (família 08/entrevistada). Sua percepção está relacionada ao fato do tabaco ser a principal atividade desenvolvida na sua propriedade, apesar de mostrar preocupação, a agricultura comenta ser favorável a estas medidas governamentais.

Sobre o processo de diversificação das propriedades, Perondi e cols. (2008) mencionam que ele pode representar uma alternativa viável para a saída da condição de pobreza ou de vulnerabilidade em que se encontram as populações. Em contextos marcados por uma crescente coerção, vulnerabilidade e condicionantes adversos à diversificação, as medidas podem ser entendidas tanto como uma estratégia de reação a uma situação de crise, precariedade, ou necessidade, assim como uma estratégia de adaptação ou escolha, que ocorre quando há uma busca pró-ativa por alternativas. Isso reflete,

em especial, nas propriedades que cultivam tabaco na forma de monocultura, sofrendo com a dependência às integradoras.

Além das percepções apresentadas e discutidas acima, visualizou-se que existem agricultores e familiares que percebem o acordo da CQCT de forma neutra e até em algumas situações, de forma positiva. Houve depoimentos em que os entrevistados acreditam que a medida não interferirá em suas ações ou até mesmo em suas propriedades: *“Nós pretendemos não sofrer com ela, estamos tentando se adaptar antes”* (família 02/entrevistado). Nesse caso, os agricultores possuem a propriedade diversificada e a principal fonte de renda não é oriunda do cultivo de tabaco, mas da criação de frangos. Como objetivo futuro, a família pretende parar de plantar tabaco, talvez seja este o motivo que reflita em tal percepção.

Da mesma forma, um entrevistado que atualmente não cultiva mais o tabaco disse que, particularmente, não sofrerá com a convenção, mas, em sua percepção o município de Arvorezinha pode vir a ser prejudicado: *“Para mim não (não será ruim), mas a pequena propriedade, para o município será negativo”* (família 03/entrevistado). O entrevistado acrescenta que o município não se tem muitas alternativas, pois o tabaco juntamente com a erva-mate faz parte do histórico do município. *“Arvorezinha é erva (-mate) e fumo”* (família 03/entrevistado). Também se constataram casos em que a aposentadoria é a principal fonte de renda e que os entrevistados não mostram preocupação com a polêmica da fumicultura e da Convenção Quadro para Controle do Tabaco.

Há quem acredite que a substituição do cultivo do tabaco, inicialmente, será difícil, mas com o tempo será positivo para os agricultores: *“Acho que pra gente no começo vai ser negativo, mas depois vai ser melhor”* (família 06/entrevistado). A família deixa claro que a propriedade não sofrerá com estas medidas, pretendem, em pouco tempo, não estar mais cultivando tabaco.

No decorrer da pesquisa, encontramos agricultores que acreditam que a problemática do tabaco é de responsabilidade do governo: *“O governo deveria indenizar os plantadores para não plantar mais fumo”* (família 17/entrevistado), *“Antes de tirarem o fumo devem achar um meio de ganhar o que se ganha com o fumo”* (família 14/entrevistado).

O que se percebe dessa discussão é que os lucros com o tabaco são privados, de empresas multinacionais, mas o problema da crise, da busca de soluções para alternativas econômicas é público. O setor privado fica com os bônus e o público (governo) com o ônus.

Por fim, embora os entrevistados apresentem preocupação com a questão da fumicultura, muitos dizem não possuir interesse em diversificar a propriedade: “*Por enquanto não*” (família 01/genro). E há também quem diga que, com incentivos, mudaria a matriz produtiva: “*Tivesse outro ramo dava bem pra mudar*” (família 16/sogro), “*Se tivesse incentivo, certamente a gente ia tentar*” (família 17/entrevistado). Seguindo o contexto da diversificação produtiva, o item a seguir apresentará algumas percepções sobre a possibilidade e interesse na diversificação e/ou na mudança da matriz produtiva.

Alternativas ao cultivo de tabaco: percepções e discussões

O “Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco”, criado pelo governo federal em 2005, foi um grande avanço do governo no sentido de ampliar o cumprimento de seus compromissos junto a Convenção-Quadro (MDA, 2007). Para a implementação do Programa, o MDA vem buscando identificar experiências nacionais de diversificação produtiva em áreas de fumicultura. Embora o documento da convenção não preveja nenhuma restrição ao cultivo de tabaco, é sabido que com a redução mundial do consumo de fumo, ao longo prazo, isso afetará a produção. Dessa forma, segue-se apresentando algumas percepções a respeito das possíveis alternativas ao cultivo de tabaco no município em estudo.

Tratando-se de substituir o cultivo de tabaco, no imaginário dos agricultores aparecem as mais diversas alternativas, embora alguns explicitem que desejam realizar a substituição e a diversificação de cultivos. “*Tem tantas outras coisas para se fazer*” (família 06/entrevistado). Em outra situação, a agricultora elenca como possibilidade de diversificação o cultivo da erva-mate e eucaliptos, o segundo para vender na forma de lenha, pois segundo sua percepção estas são atividades que crescem sem a necessidade de muito trabalho: “*enquanto tu dorme aquilo tá crescendo*” (família 13/esposa).

O leite também aparece no leque de alternativas ao tabaco. Porém de acordo com um entrevistado que está iniciando o processo de diversificação, introduzindo a bovinocultura do leite em sua propriedade, o leite é uma atividade complementar ao tabaco não sendo uma alternativa que pode vir a substituí-lo. Segundo o agricultor, a sua propriedade possui limitações geográficas para que a substituição ocorra.

O argumento de que a propriedade possui limitações nas dimensões geográficas e agroecológicas, associado ao fato da propriedade localizar-se em uma microrregião muito fria também faz

parte da percepção de outras duas famílias de entrevistados. Estes motivos emergem como obstáculos e empecilhos para que haja a diversificar da propriedade: “*Até gostaria (diversificar), mas é muito frio*” (família 09/entrevistada). Cabe mencionar que o cultivo tabaco não resiste a baixas temperaturas, além disso, que o frio não é empecilho para que se desenvolva a agricultura, a exemplo da Europa, Canadá e boa parte dos Estados Unidos.

Dessa forma, entende-se que no inconsciente dos agricultores criam-se empecilhos para que a substituição do tabaco seja efetivada. O interesse em diversificar ocorre em alguns casos, porém, pode-se perceber que, em algumas entrevistas, a maior dificuldade em substituir o tabaco é em relação à adaptabilidade dos outros cultivos. Os agricultores percebem que o tabaco resiste mais a secas e as chuvaradas em comparação a outros cultivares. Além disso, alguns agricultores, em especial os eu já possuem suas propriedades diversificadas, são mais abertos a novidades, especialmente se possuem outras fontes de renda, enquanto outros agricultores são mais conservadores, em especial porque são mais dependentes do tabaco.

O agente da Emater aponta como alternativa ao cultivo do tabaco a fruticultura, a produção de leite, avicultura e olericultura, todos para abastecimento local, além do basalto e a agroindustrialização de produtos agropecuários. Em sua percepção, os empecilhos na promoção da diversificação, são: o acesso ao mercado, a descapitalização dos agricultores e, principalmente, a falta de recursos financeiros para investimentos, além, é claro, do “*querer e saber fazer*” dos produtores. Ainda, na visão do agente, o entrave para a diversificação produtiva é o pacote pronto que a fumageira fornece, com compra garantida da produção dos fumicultores, além do caráter tradicional local em no cultivo de tabaco: “*Sabe plantar e sabe que vende*” (agente Emater).

No que tange as alternativas, o agente da prefeitura acredita que o milho, feijão e a fruticultura, principalmente a uva, sejam as melhores alternativas para os plantadores de tabaco do município, embora ele reforce que: “*a vocação dos agricultores seja o fumo*” (agente rural/prefeitura). Para o agente do MDA, antigo secretário da agricultura do município, as alternativas para os produtores são: a fruticultura, o leite, hortalças e a agroindustrialização dos produtos primários. Muitos apontam para a criação de frangos e de suínos, mas de imediato já destacam sobre os altos custos de investimento que estas atividades necessitam para serem adotadas. Em relação a alternativas produtivas para a professora entrevistada há a

necessidade de serem introduzidos novos cultivos, uma vez que o cultivo de está endividando os agricultores. “Deve surgir novas alternativas ou virarão todos agregados⁵” (agente rural/professora).

As alternativas existem, contudo são de difícil aplicabilidade. Nas falas dos agentes de desenvolvimento e líderes locais é possível visualizar que não são poucas as formas e atividades que os agricultores podem adotar para diversificar suas propriedades e dessa maneira ir substituindo paulatinamente o cultivo do tabaco. Dentre os entraves para as alternativas acima mencionadas tornem-se realidade estão: apoio do estado, capital necessário para investimentos, assistência técnica, acesso aos mercados para escoar a produção, e, evidentemente, contar como o interesse e a vontade dos agricultores.

Considerações finais

As percepções dos produtores de tabaco e agentes de desenvolvimento e líderes locais em relação à Convenção Quadro de Controle de Tabaco variam entre positivas, negativas e neutras, embora, prevaleça entre os produtores, à percepção negativa em relação à ratificação do Brasil junto a convenção quadro.

Percebe-se que, de maneira geral, os agentes de desenvolvimento e os agricultores desconhecem o acordo internacional de controle de tabaco – CQCT. Apesar de não terem o real conhecimento de que se trata um acordo de saúde pública, visando elevar a qualidade de vida das atuais e futuras gerações, eles os consideram negativo. Quando instigados sobre o assunto e na possibilidade da propriedade sofrer alterações, a partir da diversificação de cultivos, os agricultores mostram-se ansiosos, aflitos e preocupados, sobretudo quando indagados sobre o interesse em deixar de cultivar o tabaco ou ainda investir na diversificação da propriedade, eles mostram-se pouco entusiasmados.

Em suma, pode-se afirmar que os agricultores no dia-a-dia, em suas propriedades, procuram não pensar na problemática do tabaco, tão pouco em desenvolver outras atividades com fins econômicos que venha a substituir o tabaco. O planejamento produtivo ocorre, geralmente, no máximo, para o próximo ano agrícola e não a médio ou longo prazo, como nos programas de diversificação produtivas sugerem.

⁵ Na região entende-se por agregado o parceiro ou meeiro, aquele que trabalha dando cerca de metade de sua produção para o proprietário da terra.

Apesar da existência de medidas e programas governamentais para auxiliar na reconversão e diversificação produtiva, no município em que se realiza esta investigação não foi possível visualizar a presença destes projetos e programas, além de não se perceber o interesse dos agentes de desenvolvimento em tais ações.

Embora o documento da convenção quadro não preveja nenhuma restrição ao cultivo de tabaco, é sabido que com a redução mundial do consumo de fumo, ao longo prazo, afetará a sua produção. Por isso, os governos também precisam estar prontos para evoluir e mudar as suas políticas a fim de assegurar que seus objetivos sejam atingidos.

Por fim, considera-se que a CQCT é uma iniciativa que traz consigo uma série de mudanças. Tais mudanças podem tanto ser consideradas positivas, como a redução do tabagismo e de sua dependência, elevando os níveis de saúde. Como pode apresentar mudanças negativas. A percepção negativa trazida pelo debate da CQCT está relacionada aos agricultores envolvidos, que estão apreensivos frente à possibilidade de ter que mudar a matriz produtiva, e pelos agentes e administrados públicos, preocupados com os cofres públicos, com medo da redução da arrecadação tributária.

Referências

- AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil. *Dados sobre a fumicultura*. Disponível em: < <http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 14 de mar. 2011.
- BAUER, M.W., GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BIOLCHI, M. A. A cadeia produtiva do fumo. *Revista Contexto Rural. Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais*. Curitiba, Ano V, n. 5, Julho de 2005. Curitiba, 2005.
- BIOLCHI, M.A., BONATO, A. A., OLIVEIRA, M. A. A cadeia produtiva do fumo. *Contexto Rural*, v. 3, n.4, pp. 5-55, 2003.
- BONATO, A. A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. *Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais*. Curitiba, 2007. Disponível em: < http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109>. Acesso em 10 de jun. de. 2009.

BOEIRA, S., L.; GUIVANT, J. S. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

CODATO, L. A. B., NAKAMA, L. Pesquisa em saúde: metodologia quantitativa ou qualitativa? *Revista Espaço para a Saúde*, Londrina, v.8, n.1, p.34-35, dez.2006.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. DESER. Cadeia produtiva do fumo. Boletim Especial *DESER*, dez. 2009. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=145>. Acesso em 10 de ago. de 2010.

ETGES, V.E., FERREIRA, M., CAMARGO, M.E. et al. *O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS*. – Relatório preliminar (2002).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 09 de mar. 2011.

LIMA, R. G. de. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 190-225, jul./dez, 2007.

LIMA, R. G. de; WIZNIEWSKY, J. G.; MARTINS, S. R. Os Desafios da Sustentabilidade para o Desenvolvimento Rural da Região do vale do Rio Pardo, RS. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 613-650, set./dez. 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. MDA. *Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil*. 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1619316242.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

MINAYO, M.C.S. *Pesquisa Social: teoria método e criatividade*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: Unesco, 2000.

MUSSIO, D. *A Cultura do Fumo em Arvorezinha*. Monografia (Especialização em História Regional). 1996. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 1996.

PERONDI, M.A.; SCHNEIDER, S.; BONATO, A. A. *Proposta metodológica para avaliar a diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco*. Foreign Affairs in Mexico City, 17 to Affairs in Mexico City, 17 to 19 June 2008. 19 J Affairs in Mexico City, 17 to 19 June 2008.

SCHNEIDER, S. *Convenção-Quadro: lei quer garantir cultivo do tabaco*. Gazeta do Sul Rural, Santa Cruz do Sul, p.8, 24 de nov. de 2004.

SILVA, S. S. da, FERREIRA, P. A. A fumicultura no Brasil: um estudo exploratório sobre os impactos da Convenção-Quadro para o controle do tabaco e o posicionamento do Governo Federal. In: *XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP*, Fortaleza, CE, de 09 a 11 de out. 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_8720.pdf> Acesso em: 15 de marco. 2011.

SOGOCIO, M., P., S., C. *O Brasil Adverte: Fumar é Prejudicial à Saúde: Análise do Processo de Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco*. 2008. Dissertação (Mestrado em Relações Exteriores) - Instituto Rio Branco, Brasília 2008.

TROIAN, A. *A percepção de agricultores e de outros agentes rurais acerca das dimensões ambiental, social e econômica no cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS)*. 2010. 270 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2010.

TROIAN, A., EICHLER, M., L. Somente os mais fracos ficam doentes: a utilização de agrotóxicos por agricultores de tabaco da Comunidade Cândido Brum, em Arvorezinha (RS). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté. v. 5, n. 3, p. 116-139, set-dez/2009.

VALDES-SALGADO, R. Avances y puntos pendientes en la agenda latinoamericana para el control del tabaco. *Salud pública Méx* [online]. 2010, vol.52, suppl.2 [citado 2011-03-18], pp. S321-S329.

VOGT, P. O. Produtor integrado: um apêndice da exploração industrial. In: *Centro de Estudos Marxistas*. Os trabalhos e os dias ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF, 2000.

Tabaco movimentado R\$ 15 bi: Brasil é o segundo maior produtor do mundo. Zero Hora, Porto Alegre, 03 jan. de 2010. Disponível em: <<http://www.zerohora.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Economia&newsID=a2766678.xml>>. Acesso em 08 jan. de 2010.

Anexo A

Lista dos sujeitos participantes da pesquisa citados no texto*

Entrevistado	Idade**	Escolaridade***	Atividade desenvolvida (sistemas de produção)	Nº. de membros Família	Comunidade/localidade
Família 01	54	5ª série	Tabaco	5	P. Queimado
Família 02	33	2º Grau	Tabaco + Aviário (criação de frangos no sistema de integração)	3	P. Queimado
Família 03	36	1º Grau	Milho + renda não agrícola	2	São José
Família 04	62	analfabeta	Tabaco + subsistência	4	Cândido Brum
Família 05	46	5ª série	Tabaco	1	P. Queimado
Família 06	47	4ª série	Tabaco + erva-mate + videiras + eucaliptos	5	Cândido Brum
Família 07	39	7ª série	Tabaco+ leite	5	P. Queimado
Família 08	26	2º Grau	Tabaco + erva-mate	3	Torres Gonçalves
Família 09	41	5ª Série	Tabaco	5	Gramado
Família 10	52	-	Tabaco + erva-mate+ leite (venda de queijo)	4	Gramado
Família 11	53	8ª série	Tabaco + aviário (criação de frangos) + erva-mate + milho + eucalipto	5	São Roque
Família 12	42	2º Grau	Tabaco + erva-mate + subsistência	5	Segredo
Família 13	53	5ª série	Tabaco + laranja + eucaliptos + pinheiro americano + cana-de-açúcar + subsistência	4	Linha Sexta Gruta
Família 14	52	5ª série	Tabaco Burley	5	Linha Sexta S.Pedro
Família 15	28	5ª série	Tabaco + milho + renda não-agrícola (bodega)	5	Lajeado Ferreira
Família 16	31	4ª série	Tabaco + subsistência	3	Posse Aruz
Família 17	55	-	Tabaco + bodega + subsistência	5	Arroio Bugre

* Na lista consta apenas às informações acerca dos agricultores entrevistados, nela não constam as informações dos agentes de desenvolvimento. * / **As idades e escolaridades são dos agricultores que mais participaram do processo de entrevista, sendo considerados os entrevistados.